

## PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO REVISOR DE TEXTOS, UM LEITOR PROFISSIONAL

### TRAINING AND PERFORMANCE PRACTICES OF THE PROOFREADER, A PROFESSIONAL READER

CLARES, Leticia Moreira (UFSCar)<sup>1</sup>

SOUSA, Luciana Rugoni (UFSCar)<sup>2</sup>

**Resumo:** Quando falamos de revisão de textos como atividade profissional, discutir práticas de leitura, escrita e publicação considerando as novas mídias é indispensável. No que se refere à formação do revisor, essa discussão está atrelada à noção de letramento: de uma perspectiva discursiva, o profissional do texto é chamado a lidar com uma interlíngua, o que requer não só um bom domínio dos usos de sua língua materna, mas também, se não principalmente, da relação entre normas, técnicas e tecnologias mobilizadas nas manobras de edição em diferentes mídiuns. Nesse sentido, propomos aqui algumas reflexões sobre a atuação e a formação do revisor de textos como um leitor profissional.

**Palavras-chave:** Discurso. Letramento. Práticas de leitura, escrita e publicação. Revisor de textos.

**Abstract:** When it comes to proofreading as a professional activity, it is elementary to discuss reading, writing and publishing practices taking into consideration the new media. Regarding the formation of the proofreader, this discussion is linked to the notion of literacy: from a discursive perspective, the professional of the text has to deal with an interlanguage, which requires not only a good command of the uses of his mother tongue, but also, if not mainly, of the relationship between norms, techniques and technologies mobilized in editing maneuvers in different mediums. So we aim here to think about some reflections on the performance and the formation of the proofreader as a professional reader.

**Keywords:** Discourse. Literacy. Reading, writing and publishing practices. Proofreader.

#### Revisão de textos, práticas de publicação e mídiun em periódicos científicos

*O espaço de escrita condiciona, sobretudo, as relações entre escritor e leitor, entre escritor e texto, entre leitor e texto. (Magda Soares, 2002, p. 149)*

Publicar é parte importante de nosso trabalho como acadêmicos, sejamos professores ou alunos. No cenário atual da comunicação científica, toda e qualquer publicação é convertida em números, os quais nem sempre refletem a partilha e a democratização do acesso ao conhecimento, mas se tornam moeda de troca para financiamento de pesquisas e

<sup>1</sup> Revisora de textos, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL-UFSCar), membro do Grupo de Pesquisa Comunica – inscrições linguísticas na comunicação e do Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição (Labepe). Processo n. 2017/14641-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL-UFSCar), membro do Grupo de Pesquisa Comunica – inscrições linguísticas na comunicação e do Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição (Labepe).

eventos científicos, avaliação de instituições de ensino, programas de pós-graduação e das próprias carreiras docente e discente.

Por conta disso, as práticas de escrita, leitura e edição estão em constante mudança, uma vez que as métricas de publicação científica tendem a condicioná-las. Ao se estratificar periódicos científicos como A1 ou C e atribuir pontuações diferentes para cada um desses estratos, indica-se que é necessário haver uma gestão da autoria, pela qual o pesquisador é levado a submeter seus artigos a revistas que nem sempre contemplam sua área ou tema de pesquisa, mas pontuam significativamente e, assim, impulsionam seu currículo.

Alteram-se as agendas de pesquisa, o tempo dedicado à leitura e à reflexão<sup>3</sup>, e, conseqüentemente, as atividades editoriais, estas cada vez mais vinculadas às plataformas eletrônicas de editoração impostas pelas agências de regulamentação da produção científica. Ao falar de leitura e escrita na cibercultura, Soares (2002, p. 155) pontua que:

[...] na cultura da tela, altera-se radicalmente o controle da publicação: enquanto, na cultura impressa, editores, conselhos editoriais decidem o que vai ser impresso, determinam os critérios de qualidade, portanto, instituem autorias e definem o que é oferecido a leitores, o computador possibilita a publicação e distribuição na tela de textos que escapam à avaliação e ao controle de qualidade [...].

Nas publicações periódicas eletrônicas, podemos notar que o que acontece não é a perda de controle do que é publicado, mas o contrário. A questão do mídiu (DEBRAY, 1993; MAINGUENEAU, 2014) requer de editores e profissionais do texto a reinvenção de seu trabalho, motivada ora por consenso com os critérios de regulação, dadas as condições de produção de periódicos impostas por determinadas plataformas de edição e indexação, ora por resistência a eles, muitas vezes necessária aos processos de produção, circulação e consumo de conhecimento (CLARES, 2017).

Apesar de Soares (2002) se referir ao contexto de difusão da web 2.0, quando as novas tecnologias digitais estão sendo expandidas, a “cultura da tela” – ou digital, ou eletrônica, a depender da abordagem teórica – tem grandes implicações no atual funcionamento da comunicação científica, no qual um periódico, para sobreviver (o que significa ser bem-estratificado nas métricas de avaliação da produção científica para receber financiamento, ser indexado em determinadas plataformas, atender a critérios de internacionalização etc.), precisa repensar seu espaço de inscrição material, então suas normas, técnicas e práticas de

<sup>3</sup> Periódicos de áreas de ciências exatas e da vida têm, por exemplo, indicado em seus *sites* o tempo estimado de leitura de cada artigo publicado. Estudos sobre os hábitos de leitura de pesquisadores (cf. <<https://blog.scielo.org/blog/2014/04/03/habitos-de-leitura-de-literatura-cientifica-entre-pesquisadores/#.XDSxWVxKjIU>>) apontam que artigos mais curtos têm mais chances de serem lidos.

produção e circulação nas plataformas de editoração eletrônica recomendadas a cada área de saber.

Nos termos da pesquisadora, para que se instituem autorias e se defina o que é oferecido aos leitores, as revistas são chamadas a produzir novos efeitos sociais, cognitivos e discursivos, ou novos letramentos, que não correspondem àqueles da cultura do impresso, e, assim, a se ressignificar, ressignificando também etapas, tarefas, funções, serviços, bem como os profissionais do texto, mais especialmente o revisor, ator que desempenha múltiplos papéis nesses ritos genéticos editoriais (SALGADO, 2011).

Isso porque, quando falamos em mediação editorial, é preciso considerar a indefinição terminológica de serviços, atividades e profissionais que existe no tratamento editorial de textos no Brasil, já que não há legislação específica que regulamente a contratação de profissionais do texto (CLARES, 2017). Alguns desdobramentos desse problema são o acúmulo de funções e a precarização das condições de trabalho e de remuneração, situações que se agravam com os prazos exíguos impostos para a editoração científica devido à periodicidade cada vez mais dinâmica das revistas.

A revisão de textos é uma questão emblemática dessa indefinição, pois não há consenso quanto ao seu emprego entre os diferentes coletivos de trabalho. Por se tratar de um termo considerado guarda-chuva nas atividades de edição, *revisão* é usado para nomear algumas vezes uma etapa única, não necessariamente de ordem linguístico-discursiva, outras, um serviço que contempla diferentes etapas, frequentemente indicadas como finais, apesar do leque de outras etapas e funções que abarcam.

Vejamos como exemplos da imbricação de todas essas questões duas revistas científicas<sup>4</sup>: a *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional (CBTO)*<sup>5</sup> e a *Geosp: espaço e tempo*<sup>6</sup>. Com início em 1990 e sede no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (PPGTO-UFSCar), a CBTO tem periodicidade trimestral e publica trabalhos inéditos em inglês, espanhol e português de terapia ocupacional e áreas afins. Entre as diversas etapas de seu fluxo editorial, destacamos uma, chamada de *editoração final*, que é feita por uma empresa terceirizada e contempla *linguagem* (revisão de

<sup>4</sup> Cujas informações foram reunidas em pesquisa de campo desenvolvida no doutorado em andamento *Ritos genéticos editoriais em periódicos: autoria na comunicação científica*, financiado pela Fapesp (Processo n. 2017/14641-9).

<sup>5</sup> Disponível em <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/index>>.

<sup>6</sup> Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/geosp/>>.

textos em português e em inglês – *abstract, keywords* e título), *marcação, padronização e normalização dos artigos, diagramação e geração de versão em PDF*.

Na prática, apesar de pontuada como uma etapa única, essa editoração final inclui diferentes serviços, entre eles a linguagem, que designa a revisão de textos, uma leitura linguístico-discursiva dos artigos que, em geral, mais abre questões ao autor e/ou à editora do que de fato finaliza. Temos aqui um caso mais comum da atuação do revisor de textos, em que o profissional, externo à empresa contratada, edita os artigos completos e os devolve à empresa, que se responsabiliza pelo contato com os autores e a editora do periódico.

Apesar de ser um periódico de importância nacional, sua estratificação no Qualis Periódicos varia entre B1 e C nas diferentes áreas de conhecimento que publica, o que tem relação com as bases em que é – e especialmente em que não é – indexada, seu processo editorial, que é feito parcialmente, mas não integralmente no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), uma das plataformas recomendadas pelas agências de avaliação, entre outros pontos.

A Geosp, por sua vez, um periódico científico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), tem periodicidade quadrimestral e publica artigos, notas de pesquisas de campo, resenhas críticas e informes de encontros científicos que tratem de temas definidos por uma abordagem geográfica. Para solicitar indexação na Scientific Electronic Library Online (SciELO)<sup>7</sup> e em outras bases de dados de interesse para as áreas ligadas à geografia física e espacial, a revista precisou passar por um processo chamado de *profissionalização*.

Esse processo exigiu diversas mudanças, duas delas bastante significativas: a contratação de uma empresa especializada em tratamento editorial, uma vez que a revista não conta com equipe interna para isso, e a editoração eletrônica via SEER, e não mais por *e-mail*, como acontecia até então. De saída, foram enfrentados desafios quanto a seu orçamento limitado e à mudança de plataforma, dadas as condições de produção impostas para que o periódico continuasse a existir, circular, e mesmo a participar do sistema vigente de comunicação científica.

É interessante observar que o uso de uma nova plataforma eletrônica altera as relações profissionais entre editores, pareceristas, autores e revisores de texto, e, assim, o

---

<sup>7</sup> A SciELO é uma biblioteca *on-line* de acesso aberto que constitui um modelo de publicação eletrônica de periódicos científicos. Para serem indexados e permanecerem na Coleção SciELO Brasil, os periódicos precisam atender a critérios estabelecidos no documento *Crítérios SciELO Brasil: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil*, frequentemente atualizado.

funcionamento do processo editorial e as próprias funções contempladas por cada etapa de trabalho. A contratação da empresa de revisão tem particularidades relacionadas também ao uso das plataformas eletrônicas e das bases de dados de indexação de periódicos. Com baixo orçamento disponível para a gestão da revista, o editor precisou negociar com a revisora proprietária da empresa modos de baratear ao máximo a edição, sem que os diferentes tipos de serviços necessários aos artigos fossem dispensados.

Considerando essa necessidade, a revisora criou uma *checklist* de trabalho que mobiliza diferentes etapas de padronização, formatação, normalização e revisão em um único serviço, vendido como *revisão*. Nesse caso, não se leem os artigos completos, mas se segue um passo a passo bastante criterioso quanto às partes dos artigos mais visíveis, acessíveis ou pesquisáveis nessas plataformas de indexação e no *site* da revista – são lidos títulos, resumos, palavras-chave, considerações finais, notas de rodapé, legendas e fontes de ilustrações e listas de referências bibliográficas, as quais são padronizadas de acordo com normas da Geousp.

Pela ferramenta de busca do Word, programa em que os textos são tratados, são checados outros pontos de padronização gráfica, gramática, ortografia e acentuação. Criou-se, então, um método de trabalho totalmente diferente do que é usual na revisão de textos, o qual, apesar de longe de ser o ideal almejado pelo editor e pela profissional, faz muita diferença na versão final de cada artigo publicado, considerando os atuais padrões de qualidade editorial exigidos.

Nota-se, assim, que o revisor de textos atua não só na instância da correção, mas também do ajuste e da decisão, pois lida o tempo todo com uma interlíngua, noção que

[...] supõe que não há um uso (ou usos) “da” língua. A norma culta ou a norma padrão, aquilo que se considera *default* ou o que se define como idioma oficial não estão à disposição de usuários que, tomando essas referências, podem desdobrá-las conforme sua vontade; a língua não é exterior e posterior à formulação de um algo-dizer: ela é constitutiva dos dizeres. (SALGADO, 2011, p. 260, grifo da autora)

No caso dos periódicos científicos, essa interlíngua tem relação direta com o funcionamento dos diferentes processos editoriais adotados em uma ou outra plataforma de edição e publicação, por isso não basta que o revisor seja um especialista em gramática. Além de dominá-la, ele precisa compreender as normas, técnicas e tecnologias mobilizadas nas manobras de edição que fará nos diferentes mídiuns em que os artigos irão circular.

Em outras palavras, para ocupar o lugar de autor e o lugar de leitor, condição básica do seu trabalho, “é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do

suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor.” (CHARTIER, 1990, p. 126-127).

## Letramento e revisão de textos

*Se for capaz de escrever minha palavra estarei, de certa forma transformando o mundo. O ato de ler o mundo implica uma leitura dentro e fora de mim. Implica na relação que eu tenho com esse mundo. (Paulo Freire – Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura – Campinas, novembro de 1981)*

Letramento, vinculado ao termo inglês *literacy*, pode ser definido como “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (CARVALHO, 2005, p. 18). Segundo Pelandré (2001, p. 4), essa apropriação e os usos que se faz da escrita a partir dela se constituem em características necessariamente plurais, pois cada grupo social tem diversas formas de letramento com variados efeitos sociológicos e mentais em contextos culturais específicos.

Assim, não se trabalha com o termo no singular, visto que são os letramentos conjuntos de práticas que respaldam formas de usar a linguagem e dar sentido tanto à fala como à escrita. O letramento é também um contínuo processo de construção coletiva, uma vez que não se alcança um limite e é impraticável alguém ser totalmente letrado, portanto estamos sempre em processo de letramento.

Sobre o conceito de alfabetização, Soares (2004) postula que se trata de um fenômeno complexo e multifacetado. Pode ser interpretado como um processo individual de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita; assim como de compreensão/expressão de significados por meio desse código, um processo que depende de características culturais, econômicas e tecnológicas e está estritamente relacionado aos usos sociais da língua.

Nesse sentido, há indícios sobre a indissociabilidade entre o letramento e a alfabetização:

A alfabetização, que se situa no âmbito individual, segundo Soares M. (1998) e Tfouni (2006), refere-se à aquisição da escrita, enquanto código gráfico, sistema de signos, possibilitando práticas sociais letradas. O letramento está relacionado ao âmbito social, aos aspectos sócio-históricos da escrita relativos a uma sociedade. (AGUIAR, 2009, p. 3)

Pautando-nos nessa ideia, parece-nos que a atividade de revisão de textos está também relacionada aos modos de dizer e que, ao colocarmos em cena os protagonistas do discurso e o seu “referente”, é possível compreender as condições históricas da produção de um discurso.

Em outras palavras, determinado enunciado é construído de acordo com o jogo de imaginários constituídos social e historicamente. Nessa perspectiva, conseguimos refletir sobre os modos de produção de sentido dos discursos, “que dão a ver um jogo complexo entre escribas, de autorizações recíprocas balizadas por posicionamentos mostrados com maior ou menor ênfase, elaborados no curso dessa interlocução” (SALGADO, 2007, p. 287).

Com base nisso, compreendemos a atividade revisão de textos atrelada à dinâmica de construção de um texto, uma vez que, ao produzirmos um texto, temos inúmeras possibilidades para enunciar, que são conduzidas de acordo com as condições de produção – o que nos aproxima da noção de letramentos. A linguagem, dessa forma, tem “uma infinidade de restrições, coerções, de ordem social. Ela não é livremente orientada pelo indivíduo que escreve [...], não obedece a ordens fixas ou esquemas pré-estabelecidos na estrutura da língua” (MUNIZ JR., 2009, p. 13).

Assim, nos projetos editoriais, os modos de dizer se constituem de acordo com as características desse processo e variam de acordo com o grupo de leitores que busca atingir: “o que e como falar para determinado público”, decisões estas realizadas tomando como base os discursos já ocorridos, já ditos em lugares específicos, e que foram historicamente construídos.

É nessa perspectiva que se busca identificar práticas de letramentos a partir de levantamentos sobre cursos existentes para a formação de revisores de textos, uma vez que o tratamento de textos parece exigir mais do que um profissional que goste de ler e que tenha apenas conhecimento da gramática normativa, por exemplo. Tal formação indicia, na verdade, que o profissional do texto, na sua formação acadêmica, necessita mais do que disciplinas voltadas para o aprendizado da gramática normativa (embora também às considere) – o revisor se insere num lugar outro.

Ao diferenciarmos alfabetização e letramento nesse processo de formação, portanto, parece que alfabetização se relaciona aos aspectos técnicos quanto ao uso da língua (revisão à aplicação de uma única norma), enquanto letramento considera, por exemplo, o modo como o revisor vai lidar com a língua, com os autores envolvidos nesse processo e com o repertório que utiliza. Por esse motivo, vale identificar e discutir as metodologias que esses cursos propõem, acreditando que, mais do que “alfabetizar”, é preciso inserir o aluno nas práticas de letramentos.

### **Aplicar ou decidir? Ser revisor numa perspectiva discursiva**

Para muitos, a revisão de textos é uma atividade exclusivamente técnica, pois não se associa à complexidade que envolve os processos de correção e sugestões ao texto de um outro, que tem dimensão normativa e, portanto, implicações ideológicas. Isto é, não se trata apenas de prescrição neutra, aplicação de protocolos. Percebemos, assim, que, embora a revisão de textos exista há séculos, muitos ainda não sabem o que essa atividade profissional implica.

Há a preocupação, por vezes exacerbada, na sociedade, de uma supervalorização do uso de uma única norma linguística, o que evidencia o imaginário social quanto ao uso privilegiado e adequado da língua, que se reflete nas produções textuais, ao considerar-se que um texto “bem escrito” tem relação direta com estar de acordo com uma norma específica, socialmente difundida como de prestígio, a “cultura”, e, por conseguinte, desprezar os demais usos linguísticos, julgados como errados, inferiores.

Vale dizer que o fato de haver um desconhecimento a respeito do que seja essa norma padrão ou culta acaba por afetar o trabalho do revisor. Ao se considerar um imaginário coletivo sobre a língua, espera-se que o revisor de textos tenha todas as respostas, porque se imagina que diferentes casos tenham somente uma solução e que ela é exata.

Nessa conjuntura, configura-se, então, a imagem do revisor de textos – e também de outros profissionais como o professor de língua portuguesa – que no mercado editorial tem como função ser o “guardião da norma culta”, “policia da língua”, isto é, garantir que os textos a serem postos em circulação tenham as “formas gramaticais corretas”, o que justificaria a importância de contratar um profissional para a revisão de textos.

Há, desse modo, conjunturas históricas que marginalizam a prática de revisão de textos, possivelmente por não se considerar a complexidade que há nos processos editoriais, restringindo-os à mera correção gramatical ou a um trabalho sem grandes implicações, o que acarreta, como já mencionado, a má remuneração ou a desvalorização desse profissional no mercado de trabalho.

Levando em conta essa questão, Salgado (2007) analisa a revisão de textos considerando a condição histórica, opaca e heterogênea do material linguístico com que esse profissional trabalha. Por isso, entende-se como essencial praticar a leitura e a escrita no cotidiano escolar em cursos de formação para revisores (para além dos aspectos gramaticais), de modo a proporcionar aos alunos a reflexão sobre elas: montá-las e desmontá-las, uma vez que, ao explorar e também produzir textos na interação com o outro, os alunos estarão desenvolvendo conhecimentos sobre linguagem que se utiliza nos textos que circulam na

sociedade letrada. Isso vale para o processo de alfabetização de um aluno e parece valer-se igualmente para o processo de um curso de revisão, que tem como instrumento de trabalho a língua/linguagem.

Não basta, nessa perspectiva, apenas ter o domínio do código linguístico, ou seja, saber codificar e decodificar um texto: é necessário conhecer a diversidade de textos (gêneros) que percorrem a sociedade, suas funções e as ações necessárias para interpretá-los e produzi-los. Assim, apoia-se, aqui, na noção de Bakhtin (2003) sobre estratégia discursiva, isto é, a ideia de que as escolhas lexicais, a entonação, o momento em que ocorre a enunciação, fazem parte desse jogo discursivo sobre o que quer ser dito, considerando o interdiscurso, o dito, o não dito, elementos estes todos imbricados no momento da produção de sentidos.

Pensamos, assim, o texto não apenas em termos de coesão, referenciação, por exemplo, mas na função de interpretá-lo discursivamente como manifestação historicamente autorizada. Disso decorre que:

Como desdobramento, sedimentam-se caminhos para se pensar a questão da leitura não apenas como uma questão de texto, cuja descrição e interpretação está na dependência de diferentes competências (a linguística, a genética e a enciclopédica), mas como uma questão de sentidos apreendidos na confluência dos campos discursivos e nos espaços discursivos que um texto partilha com outros textos. (SOUZA-e-SILVA, 2012, p. 193)

E o processo de tratamento editorial opera aí, nessas veredas:

[...] mesmo que um texto destinado à publicação, como todo texto, por definição, não se feche nunca, sendo renovado a cada leitura, parece possível trabalhar para que certas leituras estejam mais autorizadas que outras, que certos caminhos textuais pareçam mais convidativos, que certas memórias tendam a se atualizar, amarrando o texto a uma dada rede de dizeres, identificando-os. (SALGADO, 2011, p. 17)

Diante disso, percebemos que leitura e escrita são alguns dos conceitos que mobilizamos ao pensarmos em tratamento editorial de textos, isto é, ao refletirmos sobre os processos de intervenção sobre a materialidade linguística destinada à circulação pública. Nesse processo, entendemos que os profissionais conhecidos como revisores, editores, corretores, analistas, operam sobre textos, em gêneros diversos, com destinos e objetivos variados.

Ao trabalhar sobre o texto de um outro, parece essencial compreender a relação entre autoria e leitura e, com isso, compreender melhor a produção de bens culturais, que mobilizam vários atores, estabelecendo relações entre diferentes lugares, práticas e memórias

numa atividade “de coxia”. As manobras do revisor, por mais pontuais que sejam, são condicionadas por aspectos ideológicos, coerções impostas pela circulação prevista para os textos e por variadas instâncias institucionais em que eles se produzem, embora persista um imaginário sobre o revisor de textos que é fortalecido pelos próprios contratantes dos serviços de tratamento editorial, os quais, apoiados na supervalorização do uso de uma única norma linguística e no desconhecimento do que seria essa norma, tendem a não compreender a dimensão discursiva da revisão de textos.

E tudo isso, como se viu, é regido por modos de funcionamento que produzem um mundo ético – o dos revisores – cujas delimitações, condicionamentos e derivas regem uma profissão pautada por uma ideia de texto, uma ideia de língua, uma ideia de público, entre outras.

### **Cursos de formação de revisores de textos no Brasil**

O imaginário do revisor de textos como revisor gramatical persiste em grande parte dos cursos existentes sobre formação de revisores de textos<sup>8</sup>. Nota-se tal fato na disciplina *Revisão de textos*, no curso de Editoração da USP. O perfil do egresso em Editoração contempla a profissionalização para revisor de textos. Nos chamam a atenção as Ementas das disciplinas de Revisão de textos I e II, disciplinas estas que têm como objetivo tornar o editor de textos proficiente na própria língua.

Ao analisarmos a ementa da disciplina Revisão de textos, notamos a busca por formar profissionais que tenham domínio do uso linguístico do português brasileiro e que possam refletir sobre o uso da língua, considerando a combinação de signos como unidade de sentido. Assim, a disciplina parece buscar o estudo de mecanismos linguísticos para que o profissional tenha condições de revisar o texto de um outro.

O mesmo ocorre no módulo II, que tem como foco o estudo dos aspectos estruturais da língua: “Conceitos de gramática. Gramática e seus compartimentos. Fatos gramaticais não compendiados. Sintaxe. Pontuação. Verbos e pronomes. O substantivo e seus satélites. Os conectores. Recursos retóricos. Argumentação”. Essa proposta indicia que a prática de revisão de textos está sendo entendida como diretamente relacionada ao domínio dos aspectos estruturais do texto.

---

<sup>8</sup> Considerando o levantamento feito na pesquisa de mestrado de Rugoni (2015).

Mais recentemente, no século XXI, outros cursos foram surgindo na busca por suprir a demanda por profissionais do texto e que parecem desconstruir o imaginário do revisor de textos até então difundido. Percebemos que tais cursos buscam contemplar o conceito de Letramentos, ao reconhecer, com base em Street (2006), uma multiplicidade de letramentos. Nesse sentido, os usos das práticas de letramento estão relacionados com contextos culturais específicos, práticas essas sempre associadas com relações de poder e ideologia, que não são simples tecnologias neutras.

### **Formação do revisor de textos numa perspectiva discursiva**

“Por que vocês vieram fazer um curso chamado *revisão de textos*?” foi uma das primeiras questões levantadas pela professora da primeira turma da disciplina *Revisão de Textos*, oferecida como optativa aos cursos de licenciatura em Letras e bacharelado em Linguística no segundo semestre de 2013. No decorrer da disciplina, houve atividades de revisão considerando protocolos e instrumentos de trabalho como manuais e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Buscou-se, por meio de atividades práticas e discussões em sala, qualificar a leitura editorial de textos, bem como treinar a aplicação de métodos discursivos de abordagem de revisão de textos e discutir essa aplicabilidade aos casos não compendiados.

Outro exemplo de formação para o exercício profissional da revisão de textos é o curso *Formação de revisores de textos – Entrepalavras*, oferecido pela Revista de Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará (UFC), cuja segunda edição aconteceu no ano de 2013. O curso foi oferecido em dois módulos exclusivamente para alunos de graduação e pós-graduação dos cursos Letras, Linguística e Comunicação social, o primeiro na modalidade a distância e o segundo realizado na cidade de Fortaleza - CE na modalidade presencial.

Assim como a disciplina oferecida na UFSCar, o curso *Formação de revisores de textos – Entrepalavras* também abordou a revisão de textos como uma atividade que vai além de uma dimensão meramente gramatical, incitando os alunos à reflexão sobre as diversas dimensões desse trabalho. Isso igualmente ocorre com o curso de especialização a distância (pós-graduação *lato sensu*) em *Revisão de textos*, oferecido pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, o qual propõe aprofundamento e atualização de conhecimentos sobre o funcionamento dos textos e da gramática nos textos.

Como percebemos, os cursos apresentados tendem a contemplar questões desde o âmbito gramatical até checagens subjetivas, ao considerarem os modos de dizer, que variam a depender das condições de produção de sentidos. Assim, um conhecedor da gramática normativa poderia, por exemplo, pelo domínio que tem da estrutura da língua em que revisa, resolver (intervindo) um problema de nível gramatical visto como menos opaco na língua, mais estabilizado, mas, antes disso, o revisor precisa se ater a dois aspectos fundamentais de um texto, seu gênero e sua textualidade, para depois avaliar os aspectos mais pontuais.

Percebemos isso, por exemplo, no curso de Letras – Linha de formação em Tecnologias de Edição oferecido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). As disciplinas do curso buscam atender ao objetivo de formar profissionais preparados para o tratamento editorial de textos. A grade curricular contempla disciplinas como Linguística histórica; Sociolinguística; Leitura de imagens; Teoria Literária; Oficina de leitura e produção de textos; Oficina de edição e revisão de textos; História da arte; Fundamentos de análise do discurso; Fotografia, Gestão de negócios, entre outras.

Tal formação indica que o profissional do texto, na sua formação acadêmica, necessita mais do que disciplinas voltadas para o aprendizado da gramática normativa – ser revisor significa ir, além disso, pois participa da construção de sentidos no texto.

### **Algumas considerações**

Vimos as nuances de diferentes práticas de formação e atuação profissional do revisor de textos e os caminhos pelos quais elas se constroem (e estão se construindo) rumo à ressignificação de um processo que resulta num letramento contínuo, do qual não só os alunos, mas todos participam. Observamos que os diferentes cursos, apesar de não assumirem propriamente a noção de letramento, levam em consideração esse conceito, ao valorizar, por exemplo, o conhecimento prévio dos alunos nas práticas em sala de aula.

Esse fato é evidenciado por perguntas diretas que, muitas vezes, são feitas em sala de aula (como notamos na disciplina *Revisão de textos* da UFSCar) sobre suas inquietações, reflexões e imaginários quanto à prática de revisão de textos ou em atividades em que os estudantes ficam livres para fazer seus apontamentos sob a orientação da professora.

Portanto, ao confrontar diferentes práticas ao modo como usam a língua na prática de revisão de textos, nota-se que tais mudanças ainda têm ficado fora do ensino de Língua

Portuguesa no Brasil, porque, em grande parte, valorizam-se ainda atividades fossilizadas, não significativas e fora do contexto social dos alunos.

Nossa perspectiva se justifica porque consideramos a necessidade de acompanhar as mudanças hodiernas e preparar o revisor para as atividades de linguagem mais amplas, trazendo as práticas sociais, os eventos discursivos e as práticas de textualização para a formação desse profissional, estas últimas muitas vezes condicionadas pelas plataformas de publicação recentes adotadas, como discutimos, na editoração científica.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. A. de. **Leituras de Alfabetizando da EJA: Práticas de Letramento em Construção**. Dissertação submetida Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação, UFSC, 2009.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CHARTIER, R. Textos, impressos, leituras. In: \_\_\_\_\_. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.121-139.
- CLARES, L. M. **Mediação editorial na comunicação científica: um estudo de dois periódicos de humanidades**. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- DEBRAY, R. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso Literário**. 2. ed., 1. reimp. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2014.
- MUNIZ JR., J. de S. **A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.
- PELANDRÉ, N. L. **Alfabetizar letrando: um desafio**. In: Congresso Brasileiro de Educação de Jovens e Adultos, 2001, Florianópolis. Congresso Brasileiro de Jovens e Adultos. Florianópolis/SC, 2001.
- RUGONI, L. S. **O imaginário do revisor de textos nos ritos genéticos editoriais**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- SALGADO, L. S. **Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização**. 299 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

---

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, jan./abr. 2004.

SOUZA-e-SILVA, M. C. Texto-Discurso: Qual a relação com a leitura? In: BRAIT, B.; SOUZA-e-SILVA, M. C. (Orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

STREET, B. V. Perspectivas interculturais sobre o letramento. Tradução de Marcos Bagno. **Filologia lingüística do português**, n. 8, p. 465-488, 2006.